



IDENTIFICANDO AS DESIGUALDADES NA UFJF: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EQUIDADE DE GÊNERO NA ACADEMIA

III Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, 3ª edição, de 06/12/2021 a 10/12/2021
ISBN dos Anais: 978-65-81152-32-1

LOPES; Flávia Valério¹

RESUMO

A pandemia do coronavírus tem trazido muitos outros sintomas além da falta de ar: o cansaço pelo acúmulo de tarefas em casa, a angústia diante das câmeras fechadas durante as aulas, a irritação devido à instabilidade de conexões de internet, a culpa decorrente dos prazos não cumpridos no trabalho, além do medo em relação à própria doença.

Ao longo do último ano, vários estudos apontaram para a queda na submissão de artigos, sobretudo aqueles assinados por mulheres, acentuando a desigualdade de gênero no meio científico e jogando luz sobre a existência de um fenômeno conhecido como “teto de vidro” na academia.

Pesquisa desenvolvida pelo grupo *Parent in Science*, durante os meses de abril e maio de 2020, envolvendo 3.345 pesquisadores brasileiros de várias áreas do conhecimento e instituições, revela que as acadêmicas, especialmente as mulheres negras e mães, foram o grupo mais afetado pela queda de produção durante o isolamento social (STANISCUASKI et al., 2020b).^[1]

Conforme o levantamento, 52,6% das pesquisadoras mulheres com filhos não conseguiram submeter artigos conforme planejado. Entre as mulheres negras com filhos, esse índice é ainda maior: sobe para 53,5%. Já entre homens com filhos, o percentual dos que não conseguiram produzir é de 34,7% e homens sem filhos, 24%. Entre mulheres sem filhos o índice das que não submeteram trabalhos foi de 43,6%.

Durante o período avaliado o índice de mulheres com filhos que estavam conseguindo trabalhar remotamente era de 4,1%, enquanto o de mulheres sem filhos ficou em 18,4%. Já entre homens com filhos o percentual dos que aderiram ao trabalho remoto foi de 14,9% e entre os homens sem filhos o índice foi de 25,6%. Em carta à Revista *Science*, o grupo aponta para a penalização adicional que as mães cientistas estão vivenciando neste momento:

“Embora os pais acadêmicos não sejam imunes aos impactos do confinamento, tradicionalmente são as mulheres que carregam a carga mais pesada. E elas correm o risco de sofrer uma penalidade devido à maternidade. Em vez de escrever artigos, é provável que dediquem tempo a educar os filhos em casa e realizar as tarefas domésticas.” (STANISCUASKI et al., 2020a, p. 724, tradução livre)^[2]

Na mesma linha, levantamento realizado pela Revista DADOS, de autoria de Márcia Rangel Cândido e Luiz Augusto Campos (2020)^[3], revela uma brusca queda de produção de cientistas mulheres no segundo trimestre de 2020: mesmo que o ano de 2020 tenha começado com a submissão de 40% de autoras, patamar próximo à média, a pesquisa aponta que no segundo trimestre apenas 28% de autoras assinaram os artigos submetidos.

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), flavia.lobes@ufjf.br

Nesse contexto, não é possível minimizar ou naturalizar as diferenças de gênero e penalizar as acadêmicas, projetando um imaginário de que tais desigualdades possam ser superadas pela simples força de vontade - ideal reforçado pelo repertório cultural do neoliberalismo que trabalha com a concepção de que o sucesso individual depende da capacidade de as pessoas serem empreendedoras de si próprias.

A inserção e a progressão de carreira das mulheres no ambiente acadêmico requerem a superação de inúmeras barreiras que foram invisibilizadas ao longo dos anos, dentre as quais as exaustivas jornadas de trabalho no ambiente doméstico compõem elemento central. Hoje se soma a essa questão o fato de haver pouquíssimas e isoladas políticas ou outros critérios formais que possam minimizar (ou pelo menos contrabalançar) as diferenças de currículo dos concorrentes.

Não é demais lembrar que a sociedade depende inteiramente deste tipo de trabalho invisibilizado e feito na maior parte das vezes de maneira gratuita: o de cuidado. Atividade que recai historicamente sobre mulheres e são ampliados quando se tornam mães, já que existe toda uma construção ideológica no sentido de que mãe faz coisas por doação, “sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 597).^[4]

Diante disso, é premente a identificação dos fatores que contribuem para a perpetuação dessas construções sociais e imaginárias, que atuam na manutenção de subalternidades e provocam incontáveis perdas para as mulheres e suas carreiras e, conseqüentemente, para a sociedade e para a ciência em sua diversidade.

A situação extraordinária da pandemia do novo coronavírus nos coloca diante do ordinário das assimetrias das relações de gênero, não só na rotina de trabalho na universidade e na casa, como também na dinâmica da produção do conhecimento científico. As ações para o enfrentamento da disseminação da Covid-19 incidiram exatamente na ambigüidade da posição social de mulheres: entre o trabalho de cuidado e o trabalho intelectual; entre a casa e a universidade. Dessa forma, acreditamos ser necessário discutir e analisar o impacto da pandemia na produção acadêmica de pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) a partir da intersecção gênero, raça e parentalidade.

Nossa proposta de estudo está ancorada na realização de uma investigação que possibilite conhecer as conseqüências oriundas desse cenário de isolamento a partir de uma perspectiva de trabalho e gênero, o que será feito por meio de um conjunto de ferramentas, como *surveys* junto a docentes da UFJF, análise de dados funcionais e de progressão de carreira a partir de informações disponibilizadas pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe) da UFJF e participação em editais de fomento à pesquisa e para compra de equipamentos, analisados junto à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Propp) da mesma instituição. Também analisaremos a quantidade de pesquisadores cadastrados no CNPq e de líderes de grupos de pesquisa, assim como a produção de artigos, e também entrevistas aprofundadas com docentes de diferentes institutos, departamentos e áreas do conhecimento.

Alguns dados, coletados em 2021 junto à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Propp) da UFJF, reforçam nossa hipótese e a necessidade de voltar nosso olhar para as assimetrias de gênero. Os dados sobre as bolsas de produtividade do CNPq recebidas na instituição - que são um importante parâmetro para avaliação da carreira no ensino superior -, mostram que no ano de 2021 a instituição contava com 118 docentes com esta modalidade, sendo 87 homens e apenas 31 mulheres, que representam 26,3% deste total. O número é o mesmo desde 2015 (31 mulheres), enquanto o total de pesquisadores homens passou de 69 em 2015 para 87 em 2021, um crescimento de 26,08% no mesmo período.

Para ler estes dados com maior clareza, é necessário trazer informações sobre o perfil dos docentes na instituição. Conforme levantamento realizado junto à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe) da instituição em março de 2021, dos 1.742 docentes efetivos da instituição, 916 são do sexo masculino (52,5%), enquanto 826 do feminino (47,5%). Realidade que vem se modificando ao longo dos anos e que ganhou mais fôlego com a adesão de instituições ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e ingresso de novos profissionais nas instituições.

Enquanto isso, o número de mulheres nos programas de pós-graduação cresce a cada ano na instituição. Também conforme dados coletados em 2021 junto à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Propp) em março de 2021, atualmente, dos 3.307 estudantes matriculados nos 45 programas de pós-graduação da UFJF, 1.857 são mulheres (56,2% do total), sendo 1.244 mestrandas e 613 doutorandas.

Desta forma, seria possível fazer questionamentos tais como: a situação das pesquisadoras da UFJF se assemelha à das apresentadas na pesquisa do grupo *Parent in Science*? Que fatores poderiam minimizar o *gender gap* na carreira acadêmica? Qual o impacto da pandemia em suas produções e carreiras? Que tipo de mecanismo se mostra mais eficaz para que as acadêmicas sejam menos penalizadas? Como trabalhar na atração e manutenção de mulheres? Quais as políticas públicas que podem se apresentar capazes de minimizar os efeitos negativos desta nova (velha) realidade? Algum equipamento público na estrutura de cuidados, como creches, por exemplo, são capazes de reduzir as distorções? A ampliação de prazos ou inclusão de novas categorias na pontuação de pesquisadores junto aos órgãos de fomento podem reduzir os efeitos do teto de vidro nas carreiras docentes? A inclusão da licença maternidade no Currículo Lattes, que passou a ser permitida em março de 2021, é capaz de abreviar as assimetrias de gênero na carreira científica?

2 - Gênero e cuidado

Para fundamentar nossa proposta de pesquisa, retomamos a origem dos estudos que relacionam trabalho e gênero no campo da Sociologia no Brasil. O tema do trabalho feminino foi a porta de entrada daquilo que era tratado no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 como “estudos sobre mulher” na academia. Esse olhar sobre o tema, antes chamado de categoria mulher, e posteriormente (a reboque da segunda onda do feminismo a partir dos anos 1970), de categoria gênero (SCOTT, 1995)^[5], nos traz a necessidade de retomar as discussões sobre a relevância de uma epistemologia feminista. Trazemos este tema para a pesquisa justamente para apontar a necessidade de diversidade de gênero nas carreiras científicas, como forma de garantir uma produção e educação mais inclusivas, sob diferentes aspectos. Para Harding (2019)^[6], o feminismo tem exercido um relevante papel ao lançar luz para o fato de que “não há e nunca houve ‘homens’ genéricos”, mas sim, homens e mulheres classificados em gêneros. A autora também questiona o androcentrismo enquanto espaço de exclusão das subjetividades que se diferenciam do sujeito ocidental, masculino, branco e burguês.

O fato é que as medidas de isolamento social exigidas para conter o avanço do coronavírus deram uma visibilidade inédita ao tema do cuidado, categoria de análise sobre a qual nos debruçamos para o desenvolvimento desta pesquisa. A experiência dramática dessa crise sanitária desnudou muitas camadas que antes eram invisíveis e proporcionou uma brusca tomada de consciência de que somos todos e todas vulneráveis. A sociedade carece de uma ampla estrutura de cuidado para atender às necessidades da vida cotidiana. Trabalho que inclui o cuidado de crianças pequenas, o acompanhamento ou mesmo tutoria no ensino remoto, a atenção a idosos e também a pessoas com necessidades especiais, além de limpeza e higiene da casa, preparo de alimentos e muitas outras atividades realizadas no âmbito doméstico e essenciais para a manutenção e reprodução da vida.

No Brasil, as mulheres dedicam semanalmente 19 horas a atividades domésticas, enquanto os homens gastam apenas 9 horas, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes a 2019. Nesse cenário, o percentual de mulheres (42,7%) que realizavam cuidado de pessoas também é maior do que o dos homens (34,2%). Levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta que a participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor desde 1990. A maior queda na participação ficou entre as mulheres que têm filhos pequenos, com idade de zero a dez anos, que demandam maior atenção. Uma realidade que está longe de ser novidade.

Historicamente, as atividades do cuidado sempre foram desvalorizadas e banalizadas, por múltiplas razões. Uma delas é a ideia socialmente construída de que o trabalho do cuidado está diretamente relacionado às mulheres, concebido como decorrentes da natureza feminina. Para Federici (2019)^[7], é importante reconhecer que, quando falamos em trabalho doméstico, não estamos tratando de um trabalho como os outros, mas, sim, “da manipulação mais disseminada e

da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora.”

Nas últimas décadas, o movimento feminista promoveu uma verdadeira mudança de paradigma sociológico, ao submeter a ideia de uma separação entre as esferas de trabalho - o remunerado e o doméstico - a uma profunda crítica. Seus argumentos eram de que trabalho e família não só estão intrinsecamente ligados, mas a forma como se relacionam produz e reproduz hierarquias, diferenças e desigualdades de gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007).^[4]

É pertinente situar os debates em torno do *care*, que vêm ocorrendo no Brasil em um contexto de mudanças sociais, nas quais a principal delas é o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Como categoria de análise, o tema emerge no debate acadêmico nos anos 1980 e 1990, ampliando as dimensões da definição de bem-estar da sociedade, notadamente das mulheres.

Estudos na área, que compreendem o trabalho remunerado das mães comparativamente ao dos pais e de outras mulheres, confirmam a reprodução de diferenças e desigualdades de gênero também no mercado de trabalho. “As mães não estão disponíveis para integrar o mercado de trabalho em condições melhores, que lhes garantam mais autonomia e independência” (SORJ, 2013; p. 484).^[9]

É importante deixar claro que a situação da carreira acadêmica no Brasil, no caso de universidades públicas (como estamos propondo em nosso objeto de análise), está englobada no regime estatutário do funcionalismo público, o que lhes garante uma série de benefícios, entre os quais se destaca a estabilidade adquirida após o estágio probatório e auxílios regulamentados, não previstos no regime celetista (e evidentemente na informalidade). O fato de a contratação desses profissionais ser feita por meio de concursos públicos, também pode atenuar certos efeitos das desigualdades de gênero na carreira. Outro ponto relevante de se destacar é o fato de que, fora de um cenário de pandemia, muitas servidoras contam com redes de apoio, entre elas, o trabalho doméstico remunerado (babás, faxineiras ou empregadas domésticas), o que contribui para minimizar essa sobrecarga, mas uma realidade muito distante para a grande maioria da população.

Porém, é preciso observar como uma produção acadêmica reduzida, reflexo das medidas de isolamento (que já foi observada em estudos apresentados anteriormente e que buscaremos ampliar), pode impactar em seu acesso a estes postos e também na progressão em suas carreiras.

^[1]STANISCUASKI, Fernanda et al., **Impact of Covid-19 on academic mothers**. Science 368, 724–724, DOI:10.1126/science.abc2740 (2020a). Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/368/6492/724.1.full.pdf> Acesso em: 31 jan. 2021

^[2]_____., **Gender, race and parenthood impact academic productivity during the COVID-19 pandemic: from survey to action**. bioRxiv. <https://doi.org/10.1126/science.abc2740> (2020b). Disponível em: <https://www.biorxiv.org/content/10.1101/2020.07.04.187583v1.abstract>. Acesso em: 1 fev. 2021

^[3]CANDIDO, Marcia Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto. **Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres**, Blog DADOS, 2020 [published 14 May 2020]. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/>. Acesso em: 3 fev. 2021

^[4]HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez 2007, pp. 595-609.

^[5]SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. In: Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995 [1986], pp. 71-99.

^[6]HARDING, Sandra. (1993). **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista**. Estudos Feministas 1(1), 7-31.

^[7]FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

^[8]HIRATA, Helena. **Gênero, raça e classe: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, v. 26, n. 1, 2014, pp. 61-73.

[9]SORJ, Bila. **Arenas do cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 149, 2013, pp. 478-491.

PALAVRAS-CHAVE: parentalidade, desigualdade de gênero, políticas públicas para equidade de gênero, ciência e academia